

EM BUSCA DE UM PARADIGMA CONCEITUAL PARA A MELHOR COMPREENSÃO DA ECONOMIA GAÚCHA: UMA RÉPLICA AOS COMENTÁRIOS*

*Nelson Castan***

Inicialmente, sem ainda entrar no mérito de cada um dos comentários ao estudo **A produção gaúcha na economia nacional**¹ (neste trabalho, nominado **A produção gaúcha**), é alvissareiro registrar a inquietação que ele fez emergir. Em uma instituição de pesquisa isso é fundamental, pois evita que se instale uma postura auto-complacente, além de esclarecer e aprofundar os pontos em litígio.²

As réplicas que aqui seguem serão feitas individualmente a cada um dos textos na ordem em que nos foram encaminhados: **Um breve paralelo com a análise dos “25 anos de economia gaúcha”**, de Pedro Fernando Cunha de Almeida; **O problema da subordinação: notas para o debate**, de Rubens Soares de Lima; e **Da dinâmica do capital à subordinação da economia gaúcha**, de Enéas Costa de Souza.³ Como é natural, cada um destes documentos revela uma leitura mais ou menos fiel à letra do texto de **A produção gaúcha**, bem como peculiaridades distintas quanto ao tom e ao escopo da crítica.



* Agradeço a Pedro Bandeira as críticas feitas às primeiras versões deste texto. Mantendo a praxe, continuo responsável pelas imprecisões que esta réplica ainda possa conter.

** Economista da Fundação de Economia e Estatística.

¹ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre, 1983. 2t.

² Quanto ao texto de Luiz Augusto Estrella Faria, também publicado nesta edição da revista **Ensaio FEE**, não iremos discutir sobre as ponderações que faz, aliás, de forma muito competente, dado seu caráter de resenha.

³ Ao longo do texto, estes comentários serão nominados, respectivamente, **Breve paralelo**, **O problema da subordinação** e **Da dinâmica do capital**.

O **Breve paralelo** reflete um esforço acadêmico, e portanto rigoroso, de discussão em **A produção gaúcha**. Começando pelas críticas que permitem respostas mais rápidas, na nota de rodapé 1 de **Breve paralelo**, o autor entendeu que, na discussão da concorrência intra-ramo contida na pesquisa há a hipótese (implícita) da “perequação da taxa de lucro no interior do ramo”. Trata-se de uma percepção equivocada. O que está dito **explicitamente** no texto é exatamente o contrário. E não poderia ser de outra forma, sob pena de comprometer toda lógica da concorrência intra-ramo como mecanismo de crescimento desigual entre regiões. São várias as passagens que mostram a dispersão de taxas de lucro dentro de um mesmo ramo como um fenômeno normal, resultante da interação de capitais em diferentes condições de produção. Os melhores situados “terão as mais altas margens de lucro e provavelmente também realizarão as maiores taxas de lucro naquele ramo industrial”⁴. Já na introdução do trabalho, ao iniciar a exposição do marco teórico, dizíamos que “haverá permanentemente diferenciais de margens e taxas de lucro entre firmas operando em um mesmo ramo”⁵.

Continuando na referida nota de rodapé 1 de **Breve paralelo**, uma vez esclarecida a existência natural de diversas taxas de lucro no interior de um segmento industrial, permanece a questão de se há ou não transferência de valor nesse mesmo espaço da concorrência⁶. Reconhecemos, junto com nosso comentarista, que diferentes métodos produtivos levam a diversos níveis de custos unitários de produção e que somente um destes níveis é chancelado pela sociedade, correspondendo ao tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, há um valor único para cada produto. No entanto, quando indicamos a efetiva existência de transferência de valor, estamos referindo-nos a uma etapa prévia do processo de concretização sucessiva característico do método marxista. A quantidade de trabalho socialmente necessária (valor social) é definida a partir dos valores individuais, conforme a natureza do processo produtivo em cada “fábrica”. Dessa distinção conceitual e quantitativa é que nasce a transferência de valor intra-ramo. A própria interação entre valores individuais distintos, dada uma demanda social específica, é que vai fixar o valor social ou médio, transferindo tempo de trabalho dos menos para os mais eficientes. Na leitura do Volume III de **O capital**, essa concretização do conceito valor aparece. E Rubin, em seu trabalho, registra-a:

“Em estágios posteriores de sua análise, Marx considera que exemplares diferentes de uma dada mercadoria são produzidos em diferentes condições técni-

⁴ FEE, op. cit., nota 1, p. 21.

⁵ Ibidem, p. 11.

⁶ Sabemos que este é um ponto controverso (se o valor unitário é efetivamente **valor criado** ou **valor potenciado**) e que muito já foi escrito a respeito. Vide, por exemplo, Schoeller (1975), Silva (1981), Shaikh (1980), Mandel (1975). No entanto, independentemente da melhor solução que se dê à questão teórica específica, a coexistência em um mesmo mercado de unidades de capital possuindo condições produtivas diferenciadas irá operar sempre como mecanismo de crescimento desigual.

cas. Aqui a oposição entre valor individual e valor social (de mercado) aparece”⁷.

O sobrelucro, a própria motivação do progresso técnico, provém exatamente dessa transferência de valor.

Seguindo na réplica ao trabalho **Breve paralelo**, abrimos agora um espaço na tentativa de avançar no entendimento da questão da subordinação. Pela nossa dupla condição de economistas “militantes” em país subdesenvolvido e em região nacional periférica, as idéias de **Subordinação, dependência, crescimento desigual**, etc. naturalmente exercem sobre nós um grande fascínio. O trabalho **A produção gaúcha** não é refratário a esse encanto. Nas conclusões afirma-se que a crítica a **determinadas** concepções de subordinação

“... não impede que se preserve e utilize a idéia genérica de dependência ou subordinação, embora com conteúdo nitidamente distinto. Afinal, (está dito) é da própria natureza de uma economia capitalista o crescimento com desigualdade, seja entre regiões, entre setores econômicos ou entre unidades de capital”⁸.

A divergência com o nosso comentarista dá-se em dois planos. Primeiro, embora por ele usado exaustivamente, o conceito de subordinação não se encontra suficientemente elaborado no seu texto. Permanece ainda em um nível programático, ou seja, ao nível da exposição sumária de intenções, não suficientemente explicitado enquanto expressão de mecanismos de crescimento econômico desigual. Dessa incompletude teórica advém o **risco** do viés ideológico.

Liderança ou **subordinação** aparecem enquanto idéias (estado de dependência, obediência ou submissão em relação a uma hierarquia), mas não enquanto conceito. Para tanto seria necessário explicitar o que define essa hierarquia. Nos termos como está colocado, o que o comentarista vê como conceito nós entendemos como repetição tautológica. O autor refere-se ao trabalho **25 anos da indústria**⁹, onde está colocada

“... a hipótese de que determinadas indústrias sejam capazes de impor sua **liderança** (grifo do autor) às demais. Essa liderança se apóia na ‘posição privilegiada’ que tais indústrias ocupam nas relações intersetoriais... Seu significado é em parte dado pela preponderância dos ramos líderes na determinação do conjunto diferenciado das taxas de expansão de seus próprios mercados... Assim se estabelece uma relação de subordinação que concretamente se expressa através do **escalonamento** (grifo do autor) do referido conjunto de taxas...” (p. 5).

Fica claro, portanto, que liderança, posição privilegiada, preponderância e escalonamento são simplesmente formas distintas de expressar a mesma idéia, sem avançar no seu conteúdo.

⁷ RUBIN, Isaak Illich. *Essays on Marx's theory of value*. Detroit, Black & Red, 1972. p. 173.

⁸ FEE, op. cit., nota 1, p. 393.

⁹ Ibidem.

A carência teórica traduz-se no fato de que o essencial permanece implícito; ou seja, o que vem a ser (no jargão do comentarista) o “padrão de acumulação” como categoria que organiza relações intersetoriais e como **explica** o porquê do crescimento diferenciado dos mercados? Já que, no caminho escolhido em **Breve paralelo**, a idéia de subordinação emerge como desenvolvimento do conceito de “padrão”, é fundamental que ele seja discutido no corpo do texto, sendo insuficiente, ao nosso ver, simples referências a outros trabalhos¹⁰, onde também não há uma discussão teórica exaustiva dessa questão. Além disso, como o próprio comentarista (corretamente) dá a entender, não se pode falar em subordinação, mas em **subordinações**, o que transcende o próprio marco teórico do “padrão de acumulação”. Nas suas palavras,

“A posição relativa das taxas de expansão da produção de uma região frente à das demais dependerá, em primeiro lugar, do já referido escalonamento de taxas de expansão dos diversos mercados nacionalmente considerados; em segundo, da estrutura produtiva de cada região; e, em terceiro, da eficiência produtiva das diversas indústrias naquelas regiões”;

ou seja, há duas dimensões a serem contempladas, enquanto que o padrão interdepartamental de crescimento só trata, mesmo assim insuficientemente, da primeira.

Quanto ao segundo aspecto da divergência, acreditamos resultar de uma primeira leitura, ainda parcial, de **A produção gaúcha**. O fenômeno identificado pelo comentarista como “subordinação” (crescimento diferenciado entre ramos ou mercados) está contemplado no trabalho. Já na introdução, indicávamos a necessidade de “... avaliar o terceiro plano de relações básicas (que, juntamente com o Estado, definem a totalidade econômica nacional). . . (quando) **unidades de capital estabelecem entre si ao pertencerem a diversos ramos de produção** (grifo do autor). O livre funcionamento desta contradição requer a existência de fluxos de capital entre ramos distintos. Trata-se de um mecanismo importante. . . que possibilita o acesso dos capitais aos segmentos cujo mercado se expande mais rapidamente”¹¹.

Posteriormente, ao analisarmos a concorrência entre ramos diferentes de indústria (item 3.4), fazemos uma aproximação ao problema das relações inter-setoriais e indicamos a possibilidade de desequilíbrio no crescimento entre regiões como efeito da combinação entre diferenciais setoriais de crescimento e estruturas produtivas diferenciadas em cada região. O tratamento que damos a essa questão parece ser mais abrangente do que aquele proposto pelo nosso comentarista, arrolando

¹⁰ FEE, op. cit., nota 1.

EINLOFT, Cláudio. A crise gaúcha. **Zero Hora**, Porto Alegre, 29 jul. 1979.

— . Ainda a questão regional. **Informativo do Economista**, Porto Alegre, Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, 21(72):12-3, nov. 1982.

¹¹ FEE, op. cit., nota 1, p. 12.

vários processos que estão na origem de modificações no perfil de consumo (seja individual, seja produtivo) e, correspondentemente, no perfil produtivo da sociedade. Em suma, a simples idéia, exposta em **Breve paralelo**, de que

“Dado o escalonamento das taxas de expansão dos mercados, aquelas regiões cujas estruturas de produção comportarem maiores proporções de ramos que produzem para mercados que se expandem mais rapidamente tenderão a crescer com maior velocidade”

também está contemplada em **A produção gaúcha**, onde emerge como resultado de um desenvolvimento teórico que prevê um maior número de caminhos explicativos do fenômeno.

Uma vez estando de posse desses caminhos, temos os instrumentos para apropriar o empírico. Apesar de o nosso comentarista apontar esse nível de análise — “o escalonamento das taxas de expansão dos mercados” — como uma carência do trabalho **A produção gaúcha** e atribuir a **25 anos da indústria** o mérito de ter aberto espaço para uma “explicação adicional” em relação àquele trabalho, a questão não só está lançada na introdução e desenvolvida teoricamente na análise da concorrência (ver citações no parágrafo acima), como também é resgatada no tratamento dos dados em **Análise setorial dos indicadores de desempenho industrial** (Capítulo 5 de **A produção gaúcha**). Lá pode-se ler:

“Como visto acima, na concorrência interindústrias, o gênero Produtos Alimentares teve seu espaço relativo diminuído, constituindo-se, portanto, em um setor que transferiu excedentes a outras atividades. Pelo fato de o gênero participar no perfil interno da indústria gaúcha em proporções significativamente maiores que no perfil paulista e na média nacional, pode-se concluir que a retração relativa do ramo a nível do país penalizou mais que proporcionalmente a indústria gaúcha”¹².

Acrescentando somente mais um exemplo de que essa questão foi discutida em **A produção gaúcha**, na análise empírica das indústrias de alto crescimento, faz-se presente também a questão das relações interdepartamentais¹³:

“A característica fundamental que dá homogeneidade aos principais setores... e à qual deve-se atribuir grande parte do seu dinamismo é o fato de

¹² FEE, op. cit., nota 1, p. 61.

¹³ O conceito de departamentos de produção que utilizamos é aquele proposto por Marx. Neste autor, contrário a Kalecki, toda a produção de bens intermediários é localizada no Departamento I, juntamente com bens de capital. Como ambos os tipos de mercadoria acima compõem o **capital constante**, é essencial assim agrupá-los, pois constituem setores produtivos sujeitos a uma mesma determinação lógica na dinâmica da acumulação. A dinâmica no sentido aqui empregado diz respeito à tendência de crescimento capitalista num prazo mais longo e não às flutuações cíclicas, conforme a conotação que possui o termo no léxico kaleckiano. Separá-los, como faz Kalecki (onde os bens intermediários entram naqueles departamentos onde foram insumidos na produção de bens finais), implica obscurecer a natureza dos bens intermediários enquanto elementos que integram o **capital constante**.

serem produtores de valores de uso que compõem o capital constante — bens intermediários, peças, componentes, máquinas, implementos, equipamentos, etc. No segmento teórico deste trabalho procurou-se delinear a questão mais geral das mudanças a longo prazo no perfil de consumo como resultado, em grande parte, da crescente intensificação de capital. Ocorre um aumento tendencial na produção de máquinas, matérias-primas, materiais, etc. 'vis-à-vis' gastos com salários, o que desenvolve os grandes departamentos de produção em proporções correspondentemente diferentes"¹⁴.

Ao contrário do que assinala o comentarista, observa-se o oposto, ou seja, a análise do trabalho **25 anos da indústria** é muito mais restritiva, abrindo espaço para um único sentido de subordinação.

Por último, cabe-nos dizer que não esteve entre os objetivos de **A produção gaúcha** fazer uma análise crítica direta e sistemática do trabalho **25 anos da indústria**. É óbvio que, de certa maneira, um tipo de crítica implícita foi feito, pois elege-mos o mesmo objeto de investigação — a indústria regional gaúcha — e o analisamos a partir de um marco teórico distinto. Por esse motivo, alguns contrapontos feitos pelo nosso comentarista não podem ser respondidos em detalhe nesta réplica. Não obstante, agradou-nos ler nas suas palavras que, no trabalho **25 anos da indústria**, **"embora não de forma explícita (o grifo é nosso), o conceito de concorrência capitalista não só está presente como também organicamente integrado"**. Ora, é exatamente esta falta em tornar expressamente claro aspectos que são fundamentais que criticávamos em outra ocasião:

"As teses regionais possuem como pano de fundo uma certa lógica sobre o funcionamento da economia brasileira, **embora nem sempre explícita (o grifo é nosso)**"¹⁵.

Mais adiante dizíamos que

"... devemos interpretar a economia gaúcha à luz da lógica capitalista, trazendo para o centro do debate aquilo que nas teses regionais é um opaco pano de fundo"¹⁶.



O segundo comentário (**O problema da subordinação**), a par de seu tom insinuante, levanta algumas questões de importância. Certos aspectos apontados no comentário anterior já foram replicados, cabendo aqui, possivelmente, esclarecimentos adicionais. Desde já, fica uma dupla sensação de conforto ao sermos contemplados com interlocutores competentes e ao vermos o debate evoluir e ganhar novos pata-

¹⁴ FEE, op. cit., nota 1, p. 63.

¹⁵ CASTAN, Nelson. A questão regional. Informativo do Economista, Porto Alegre, Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, 21(70):10-1, maio 1982.

¹⁶ Ibidem.

mares em que se exige, cada vez mais, um maior rigor na enunciação dos pontos em litígio.

A primeira questão colocada por nosso crítico — ao lado de que capitais devemos nos posicionar — emerge de uma leitura política do trabalho **A produção gaúcha**, cujas mediações não estão contidas no texto da pesquisa. É natural que uma construção teórica traga implicações políticas, muitas vezes já embutidas no próprio marco conceitual em que se baseia. No entanto esse desdobramento deve ser construído (o que não estava entre os objetivos de **A produção gaúcha**) com cautela e sem medo. A leitura política apressada traz aquele sério risco que apontávamos, ou seja, um discurso científico torna-se suspeito por não revelar em sua “face” a defesa direta de segmentos de capital, atitude essa própria e legítima de um **outro** nível de discurso. Essa pressa, na verdade, pode levar a um caminho problemático na geração de conhecimento, pois, se tivermos “a priori” a preocupação de não pôr em dúvida uma posição política, ela se imporá, certa ou errada, como resultado obrigatório de uma construção teórica. Isso não significa, necessariamente, que esta posição política esteja equivocada. Ela pode, até mesmo, ser o coroamento correto de uma elaboração teórica. O importante é não permitir que se “escorregue” sem saber nessa inversão, pois, assim, a “teoria” vem somente cancelar uma posição ideológica inicial. Portanto, a crítica a esse respeito (sobre o **risco** de viés ideológico) feita em **A produção gaúcha** continua válida. Não nos cabe, todavia, fazer apreciações de caráter subjetivo a respeito das motivações dos pesquisadores, se devido a um “complexo de periferia”, como sugere nosso crítico, ou a qualquer outra razão.

Ainda nessa primeira questão, o comentário **O problema da subordinação**, pelo fato de interpretar apressadamente o desdobramento político de **A produção gaúcha**, o fez de maneira equivocada. Não é legítimo depreender deste trabalho uma conclusão apologética do tipo “ao vencedor as batatas”, como faz nosso crítico. Ao contrário, ao constatar a severidade da concorrência intra-ramo como mecanismo de crescimento desigual e, portanto, de estagnação ou crescimento regional diferenciado, afirmávamos que “O simples fato de entendermos a lógica do capital não implica que a aceitemos. . .”¹⁷. Da mesma forma, não deixa de ser, curiosa em nosso comentarista, a leitura valorativa das leis da concorrência enquanto manifestação das condições de produção dos diversos capitais — “aos fracos abate; aos fortes, aos bravos só pode exaltar”. A ética do capitalismo nunca esteve entre os objetivos de pesquisa em **A produção gaúcha**. Este tipo de juízo moral não encontra espaço no marco conceitual que elegemos. É igualmente impeciente querer encontrar, em um trabalho que define seu objeto a partir de contradições, oposições e/ou antagonismos, com toda a apropriação desigual dos frutos do trabalho que disso decorre, à prevalência “smithiana” da plena harmonia entre os diversos interesses.

A questão da subordinação também é levantada no comentário que ora replicamos. Pensamos que aqui se pode avançar um pouco mais em relação ao que já foi

¹⁷ FEE, op. cit., nota 1, p. 27.

dito. Nesse problema se confundem dois tipos de disputa: uma de idéias e outra de palavras enquanto símbolo destas idéias. Nossa relutância em rotular a economia gaúcha como “subordinada” deve-se ao fato de este termo já ter sido apropriado e ter ganho divulgação ampla, informando sobre um conteúdo do qual discordamos. Ora, ao refutar a idéia de subordinação presente no trabalho **25 anos da indústria**, não tivemos outra opção que não a de também rejeitar a palavra. Isso pode não ter ficado suficientemente claro ao longo de **A produção gaúcha**. É, portanto, importante clarificar.

Sobre o caráter desigual do desenvolvimento capitalista — crescimento diferenciado entre unidades de capital, entre setores econômicos e entre regiões — todos concordamos. O que divergimos é sobre a lógica (o conteúdo, os mecanismos) desses processos. Para nós, esse caráter desigual deve ser buscado na teoria a partir das contradições básicas (mas não as únicas) que movem uma economia capitalista. Estas contradições devem ser desdobradas, contruindo-se as sucessivas pontes que nos levam, inclusive quantitativamente, das categorias de essência àquelas de aparência. Preço e lucro, por exemplo, devem ser entendidos como concretizações, principal mas não exclusivamente, das categorias valor e mais-valia. Assim, aquelas contradições ganham vida real e são observáveis em planos da concorrência conforme explicitado em **A produção gaúcha**. É nestes planos que poderemos identificar as possíveis desigualdades no crescimento: primeiro, a transferência de valor na concorrência intra-ramo (diferença entre valores individuais e valor social médio, estabelecendo-se uma hierarquia de taxas de lucro e, portanto, de crescimento); segundo, a constante variação no perfil produtivo do capitalismo, originando um crescimento variado entre os setores econômicos (por exemplo, os departamentos crescem em proporções variadas, — o crescimento desigual viabiliza-se através da transferência de capital interindústrias); e, finalmente, a transferência de valor originada dos diferenciais nas taxas de salário (aquelas empresas, setores ou regiões que conseguem remunerar os assalariados a taxas inferiores não retêm toda a mais-valia extra, pois a concorrência faz jogar parte desse excedente no “pool” geral da apropriação).

Novamente transparece aqui, como no texto discutido anteriormente, a natureza tautológica do que o comentarista pretende que seja o conceito de subordinação. O simples sentido da palavra — uma relação de submissão ou de hierarquia — é repetido em frases que se sucedem e que pouco acrescentam ao equacionamento da essência do próprio fenômeno. A “subordinação”

“... pressupõe a existência de relação . . . entre o **todo**. . . e a **parte** (grifos do autor). . . o **ritmo** de desenvolvimento da economia regional (a parte) fica condicionado ao **ritmo** da economia nacional (o todo) (grifos do autor). . . implica. . . afirmar a existência de um centro hegemônico. . . que apresenta condições de influir. . . decisivamente na sorte do todo”.

Entendemos que isso pode ser aceito somente como programa de trabalho ainda a ser desenvolvido, momento em que o conceito de subordinação seria então efetivamente construído. Este passo, que está por ser dado, ganha um complicador a mais, pois, segundo o próprio autor, tem-se que construir um conceito para cada período de tempo, dado que “deve-se ter presente que a subordinação não tem uma conotação a-histórica, mas, ao contrário, refere-se a um período temporal específico”.

Outra questão, efetivamente bem colocada em **O problema da subordinação**, diz respeito ao estatuto teórico do Estado enquanto instância de determinação sobre o processo global de acumulação (nacional) e enquanto instância de arbitragem entre segmentos de capital e, por decorrência, entre regiões que claramente apresentam estruturas de produção diferentes. Sobre essa crítica cabe considerar dois aspectos. Primeiro, na concepção inicial do trabalho **A produção gaúcha**, estava previsto um tratamento sistemático dessa questão dentro de um arcabouço teórico que muito se aproxima daquele enunciado pelo nosso comentarista. Na introdução do trabalho dizíamos:

“Nosso objeto específico de análise fica assim claramente delineado: o entendimento da economia gaúcha como resultado da operação daquelas três contradições básicas **mais a ação potencialmente discriminatória do Estado nacional**” (O grifo é nosso) (p. 13).

Por razões várias, essa componente de **A produção gaúcha** não pôde ser levada adiante, permanecendo ao nível de problema apontado, mas não tratado. As dificuldades para realizar uma pesquisa séria sobre esse tema e se chegar ao efeito líquido do Estado sobre os diferenciais regionais de crescimento são enormes, e consideramos que isto é uma tarefa de todos nós. Segundo, entendemos que essa ausência no trabalho **A produção gaúcha** não compromete a sua concepção teórica e tampouco invalida os resultados a que se chegou. A instância Estado é perfeitamente absorvível naquele arcabouço conceitual, pois implica agregar um nível de determinação que pode vir a exacerbar ou contrarrestar, dentro de limites bastante estreitos, os movimentos que definimos a partir daquelas três contradições básicas.



O comentário **Da dinâmica do capital** é bastante peculiar. De um lado, embora tendo como mote inicial a crítica ao trabalho **A produção gaúcha**, transcende em muito os limites desta pesquisa. Na verdade, o comentarista faz a **sua** leitura de **A produção gaúcha** indagando qual a concepção que seus autores teriam sobre o capitalismo. Conclui que os mesmo não somente estariam vendo este sistema de produção como imutável desde os seus primórdios — “não há nada de novo sob o sol do capitalismo” —, como, para analisar este “rio que é sempre o mesmo”, estariam praticando a ortodoxia (“bíblica”) clássica, ou seja, uma teoria deslocada pelo tempo, embora quiçá boa para sua época. Ao leitor desavisado de **A produção gaúcha**, essas questões poderão parecer como surgidas “ex-nihilo”, pois não se encontram efetivamente desenvolvidas naquele texto. Tampouco o foram nos textos que o precederam, por exemplo, na série **25 anos de economia gaúcha**. Acontece que, pela primeira vez, um confronto de idéias que vem-se travando há mais tempo em um âmbito mais restrito ganha representação no papel.

De outro lado, a preocupação do comentário é também de natureza metodológica, defendendo “algum” tipo de ecletismo. E mais, o comentário encontrou em **A produção gaúcha** um conceito de totalidade que é, “na verdade”, uma soma de quotas-partes, “onde separam-se o todo e a parte, deixados longe um do outro, sem

contato e sem relação”. Além disso, incursiona no porquê da controvérsia, mapeando aquilo que diz ser a origem do debate, desde o que considera ser os contextos brasileiro e gaúcho em confronto com “novas” abordagens.

Considerações dessa natureza, abrindo um leque tão amplo de questões em um espaço bastante exíguo, impõem a responsabilidade de projetarmos com maior clareza nossa posição. Isso é uma tarefa difícil dada a rapidez com que pontos tão controversos foram levantados pelo nosso comentarista, impedindo, em alguns casos, que percebêssemos o conteúdo e o endereço precisos das objeções. A nossa tentativa será no sentido de identificar os argumentos em oposição, tentando chegar a uma organização mais rigorosa dos conceitos para que se vá além do verniz retórico.

Inicialmente cabe reprisar que nunca esteve entre os objetivos de **A produção gaúcha** uma interpretação do capitalismo enquanto modo de produção. É natural que em estudos desse tipo se faça uma série de pressupostos, resgatando somente aqueles desdobramentos que se elegem como fundamentais para o objeto específico da pesquisa. Assim, fechamos o espaço nacional ao definir três relações importantes a partir de condições que se determinam ao nível da produção. Trata-se de contradições que se desdobram e assumem formas fenomênicas ao nível daquilo que chamamos processo de concorrência intercapitalista. Este é um processo derivado, portanto somente inteligível como desdobramento daquelas condições de produção. A finalidade precípua de se eleger esses antagonismos se encontra no fato de neles podermos situar os segmentos econômicos regionais, ou seja, discernir em que pólo de cada contradição podem-se localizar as parcelas regionais da economia nacional.

“Essas relações sociais devem ser vistas como três planos, cada um com sua esfera teórica própria, fechando o nosso espaço de análise, ou seja, planos que definem nosso objeto mais amplo de investigação. . . . é a partir da compreensão de como operam as contradições que lhes dão substância. . . . que tentaremos avaliar nosso objeto de investigação mais específico, a economia regional gaúcha. . . . Suas características deverão ser buscadas na identificação de posições específicas em que se situam as unidades de capital e ramos econômicos gaúchos em cada um daqueles três planos”.¹⁸

Dito isso, várias observações seguem. Não fizemos o desdobramento conceitual do modo de produção, ou seja, a “montagem lógica do capital” como gênese teórico-histórica do capitalismo. No entanto, ao contrário do que sugere a crítica, estão contempladas na pesquisa as suas dimensões (nas palavras de nosso comentarista) “mercantil, produtiva e concorrencial”. Como não reconhecer que falar em concorrência entre unidades de capital e setores econômicos é tratar da natureza mercantil do capitalismo? Segundo, tendo-se equacionado a questão da concorrência e desenvolvido as categorias de análise como formas desdobradas a partir das

¹⁸ FEE, op. cit., nota 1, p. 9.

condições de produção (com suas próprias categorias), como se pode entender que **A produção gaúcha** seja visto como um estudo ao nível do mercado? Na verdade, ao assim caracterizá-lo, o comentarista não percebeu os elos que antecedem e que fornecem o material indispensável à análise do mercado. O comportamento do mercado resulta de fatores que o antecedem: diferenciais de taxa de excedente, de produtividade e de crescimento setorial dado o perfil específico da demanda (produtiva ou individual) no capitalismo¹⁹. Terceiro, não contemplamos a contradição “capital produtivo-capital bancário”, pois não a julgamos decisiva no tratamento da **questão regional**. Aliás, e pelos mesmos motivos, também não utilizamos a lei de tendência da taxa declinante de lucro. É óbvio, e todos sabemos, que a polarização lucros “versus” juros é fundamental na compreensão de qualquer economia capitalista, e da brasileira em particular, nos anos recentes. No entanto deixamos claro que nossa preocupação era explicar a evolução da participação relativa do Rio Grande do Sul no todo econômico brasileiro. Para isso, não foi buscado um entendimento da evolução média da economia nacional. Esse crescimento “está dado” à economia regional, ou seja, ele é tomado como o parâmetro em torno do qual se procura localizar o desempenho regional. Dada a sua presença nacional, os intermediários financeiros deixaram de ser bancos locais, passando a orientar seus investimentos conforme os diferenciais de rentabilidade, como aliás qualquer bom capitalista irá fazer, independente de simpatias ou ligações afetivas com seus conterrâneos. Daí a nossa posição de que os eventuais fluxos financeiros inter-regionais seguem as determinações das possibilidades de crescimento que lhes são oferecidas. A questão está, portanto, em entender esses diferenciais de crescimento, que indicam a direção dos fluxos de poupança.

Isso nos remete a um outro tipo de questão que aparece em **Da dinâmica do capital**. Este comentário aponta, com propriedade, que fizemos “silêncio absoluto” sobre algumas categorias e processos que, segundo o comentarista, são típicos do capitalismo atual. Efetivamente, não falamos em **A produção gaúcha** sobre “uma mesma coordenação financeira para diversos capitais”, sobre o “fenômeno das sociedades anônimas”, sobre a “dinâmica interdepartamental (aquela inspirada em Kalecki)”, etc. Nesse tipo de cobrança, fica patente a natureza da crítica. É uma crí-

¹⁹ A propósito, não descartamos quaisquer elementos da teoria do oligopólio. O que propugnamos, sim, é o seu equacionamento enquanto formas fenomênicas de categorias que os precedem logicamente. E mais, não há nada em nosso marco teórico que exclua a possibilidade de empresas gaúchas entrarem com pedido de concordata como sugere nosso comentarista. Ao contrário, derivamos a possibilidade de que empresas “tecnicamente mais atrasadas. . . (tenham) suas taxas de lucro reduzidas e (sejam) . . . progressivamente esvaziadas, até, no limite, verem-se obrigadas a entregar e/ou ‘sucatear’ seu capital” (p. 25). Além disso, a análise contida em **A produção gaúcha** diz respeito a um intervalo de tempo específico e lá fazíamos o alerta de que “Atualmente, já não mais se configura essa situação de folga no mercado setorial (gênero mecânica). Um processo seletivo está em marcha e teme-se que o ‘sucateamento’ atinja o complexo gaúcho com maior intensidade” (p. 67).

tica proveniente de uma outra ortodoxia, de um outro “magistério bíblico”. Seria, mais ou menos, como se tivéssemos silenciado sobre um “novo testamento”. Nas palavras do comentarista, como fazer silêncio sobre aquilo “que Maria da Conceição Tavares chama de ‘blocos de capital’”?

Independentemente do mérito da análise, a nível do País, baseada na dinâmica interdepartamental (kaleckiana) não se pode transpor essa abordagem acriticamente para a análise regional, como propõe o nosso comentarista.²⁰ Por outro lado, não é ocioso repetir aqui aquilo já apontado nas réplicas anteriores. Apesar de que o comentarista aparentemente não tenha percebido, **A produção gaúcha** contém um tipo de análise setorial (departamental), embora não aquela apropriada de Kalecki. A análise da concorrência entre ramos distintos de indústria mostra a possibilidade de crescimentos regionais diferenciados como decorrência do desenvolvimento variado entre setores (mercados) no capitalismo. Trata-se de um processo cuja natureza teórica provém das categorias departamentais conforme as conceituou Marx, mais coerentes com a idéia de dinâmica na economia política clássica e que podem, inclusive, abrigar os departamentos kaleckianos como caso especial.

Sobre o “conceito” de subordinação, o texto parece não ter feito progresso em comparação com os comentários anteriores. Novamente o discurso não avança em relação à mera repetição tautológica da subordinação enquanto interdependência entre capitais e setores econômicos. Sucedem-se afirmações como “a subordinação da economia gaúcha à brasileira”, “a hegemonia da totalidade”, “que... impõe funções aos setores regionais”, “limitação... do crescimento de um capital estadual na expansão do capital no Brasil”; “a fragmentação dos elos produtivos locais”, etc. A tese mantém-se em um nível muito genérico (programático, dizíamos), sem avançar a respeito dos mecanismos de crescimento desigual, exatamente os aspectos que podem atribuir significado à idéia de subordinação enquanto fenômeno econômico. A par disso, é por paradoxal que seja, o esforço que fizemos em **A produção gaúcha**, definindo e **concretizando** as relações básicas importantes para a análise regional, é visto como uma totalidade esquizofrênica, “onde... o todo e a parte (são) deixados longe um do outro, sem contato e sem relação”. Ao contrário do que entende nosso comentarista, é a partir dessas relações que se pode derivar um conceito de subordinação enquanto posicionamento das economias regionais, seja no pólo favorecido das contradições básicas que definimos, seja, por oposição, no pólo “perdedor”.

²⁰ Como os departamentos, em Kalecki, são definidos conforme o uso final das mercadorias (bens de capital, bens de consumo do trabalhador e bens de luxo), perde-se a dimensão da produção intermediária, o que é uma ausência particularmente problemática no tratamento da economia gaúcha. Além da perda analítica, ao se utilizar o critério de segmentação departamental de Kalecki, a diluição da produção intermediária é especialmente grave no tratamento do Rio Grande do Sul, pois a mesma teve um desempenho excepcional na fase de retomada do crescimento no período pós-1965.

Por fim, voltamos à questão metodológica. Aqui vários aspectos concorrem para um efetivo esclarecimento das posições. O nosso comentarista opõe sua visão — “a história... tem etapas, estágios, ... o capitalismo se altera” — à que acredita ser a nossa. Para **A produção gaúcha na economia nacional**... (o capitalismo) é sempre o mesmo... as diferenças... somem, desaparecem num capitalismo **para sempre já explicado**” (grifo do autor). Nesse confronto de idéias, há dois lados a considerar. Primeiro, obviamente, não somos contra a noção genérica de segmentar-se um processo histórico longo em estágios. O essencial em qualquer tarefa dessa envergadura é ter bem claro os critérios que irão orientar esses cortes, evitando que se repita aquilo que Brunhoff (1978, p.12) chama de **pseudo história do gênero “capital mercantil, negação pelo capital produtivo industrial, negação da negação pelo capital financeiro”**. Encontrar um princípio de classificação dos diferentes estágios do capitalismo é um problema extremamente complexo, e a abundância de literatura a esse respeito só vem comprovar este fato. Ao mesmo tempo em que também identificamos a definição de estágios do capitalismo como questão importante, embora ainda não satisfatoriamente equacionada, julgamos que seria enganoso qualquer tentativa de progredir no assunto nos limites deste debate. Segundo, não aceitamos os rótulos simplistas de “ortodoxos” e pedagogos de um “magistério bíblico” que estariam a reiterar obviedades sobre um capitalismo já explicado. Parece-nos que aqui há uma diferença palpável entre as posições em jogo. Ao contrário do que faz crer nosso comentarista, a vertente clássica não se esgota naquilo que já foi pensado e escrito. O próprio Marx assinala, e Rosdolsky (1977) resgata, que o movimento concreto dos preços de mercado, os ciclos de comércio e da indústria e a sucessão entre prosperidade e crise são questões destinadas a uma eventual continuação do seu trabalho e, por isso, tratadas em **O capital** de maneira bastante fragmentada. Marx, inclusive, apontava para a necessidade de uma “investigação especial sobre a concorrência”, trabalho que nunca pôde realizar. Dada essa existência de diversos pontos e mediações ainda por desenvolver, aqueles que foram aos clássicos na expectativa de lá encontrar “tudo pronto” se frustraram, e a desilusão levou-os a outros caminhos.

Na verdade, um dos mais importantes aportes da economia clássica — o método de concretização sucessiva apartir das categorias mais simples e mais abstratas, reconstruindo permanentemente o concreto enquanto síntese de múltiplas determinações (a teoria viva) — foi inadvertidamente abandonado. Muitos pesquisadores que se incluem na tradição clássica, prescindindo do método, tentaram apropriar a realidade diretamente, utilizando categorias abstratas desprovidas das mediações que as fazem inteligíveis para que possam ser úteis na compreensão do mundo fenomênico. O resultado não poderia ser outro: se o concreto não concorda com a “teoria” (fracionada e incompleta), abandone-se a “teoria”. Nesse sentido é que entendemos a idéia, contida em **Da dinâmica do capital**, de que no capitalismo moderno a lei do valor-trabalho se transmuta em lei de valorização do capital (p.2). Primeiro, a lei do valor-trabalho sempre pôde ser entendida como um princípio que fundamenta a expansão do capital enquanto sujeito no processo de acumulação capitalista. Segundo, essa aceção não exclui, ao contrário, requer, o enten-

dimento da lei do valor-trabalho também como formadora dos preços e taxas de lucro no capitalismo moderno. Não se pode cair novamente na concepção de que há uma contradição irreconciliável, como afirmavam Bohm-Bawerk ou Joan Robinson, entre valores (Volume I de **O capital**) e preços de produção (Volume III de **O capital**). Valores unitários, valor social médio, preço de produção e preço de mercado são categorias distintas, embora pertencentes a um único modelo teórico, aquele da lei do valor-trabalho na sociedade capitalista.

Seguindo na apreciação dos aspectos metodológicos apontados em **Da dinâmica do capital**, a questão do ecletismo é colocada pelo comentarista de forma incisiva. Inicialmente, cabe esclarecer que não fizemos uma crítica ao ecletismo teórico dos trabalhos citados²¹. Nem seria justo tê-la feito de maneira tão sumária, como o próprio comentarista observa, pois deixamos claro na mesma passagem que não estava entre os objetivos de **A produção gaúcha** fazer uma avaliação sistemática dos trabalhos mais relevantes sobre a economia gaúcha. Nossa preocupação foi alertar para a existência de diferenças de marco conceitual entre aqueles trabalhos e uma nova proposta que se oferecia no momento.

Feito esse esclarecimento, não nos furtamos de dizer alguma coisa sobre o ecletismo teórico. De um lado, pode ser entendido como um método que simplesmente justapõe categorias e construções conceituais oriundas de sistemas diversos e muitas vezes incompatíveis, isso sendo feito sem a devida reflexão a respeito de todas as premissas que antecedem a construção das categorias em cada paradigma. Esse exercício particular de ecletismo teórico não traz bons resultados. De outro lado, o ecletismo pode ser visto enquanto método que reúne categorias e formas de pensar oriundas de arcabouços conceituais diversos, alcançando uma unidade teórica coerente e nova que melhor consegue responder aos enigmas do mundo real. Nesse caso, os resultados são obviamente no sentido do progresso do conhecimento. Cabe, portanto, uma análise criteriosa caso a caso, e, nesse sentido, concordamos com o comentarista na não defesa de todo e qualquer ecletismo.

Finalmente, em sua apreciação do porquê da controvérsia, o comentarista faz uma análise curiosa. Para começar, julga estar suficientemente informado sobre os conflitos acadêmicos que estariam na origem da "linha de pensamento da New School". Embora essa questão da origem nada tenha a ver com o que agora estamos debatendo, devemos esclarecer que essa opinião é simplesmente equivocada. Somente para adicionar informações que parecem estar faltando nessa incursão do autor de **Da dinâmica do capital**, durante alguns anos foi professor na New School o renomado Economista Paul Sweezy, seguidor de Steindl, de Kalecki e de Hilferding, e colaborador importante no desenvolvimento da concepção do estágio monopolista do capitalismo. Ao contrário do que faz crer esse comentário, várias escolas de pensamento estão significativamente representadas na estrutura curricular da New School, inclusive aquela acima indicada, à qual, presumimos, se filia o nosso comen-

²¹ FEE, op. cit., nota 1, p. 7.

tarista. E mais, a senda teórica que adotamos, embora também representada na New School, não foi deflagrada nessa escola, antecedendo em muito o trabalho que lá se tem realizado, o qual é relativamente recente.

Além disso, atribuir esse confronto de posições a uma “luta (que) se dá num contexto americano” e entender que as “aproximações teóricas americanas e seus combates impedem os autores de **A produção gaúcha na economia nacional** de efetuarem uma verdadeira crítica sobre a economia brasileira e sobre a economia gaúcha” consiste em uma simplificação extrema. Não é xenofobia; é, sim, ignorar importantes debates atualmente em curso também no Brasil. Não só o debate sobre demanda efetiva, ciclo e crise, a questão dos estágios e a questão do capital financeiro tem feito dialogar economistas do quilate de Conceição, Belluzzo e Castro entre outros, como também o debate sobre a concorrência e a formação de preços e taxas de lucro tem envolvido profissionais como Possas e Tolipan que conversam entre si e com autores presentes na cena internacional, como Clifton e Semmler entre outros. E mais, a questão da transferência de valor, ligada às possibilidades de crescimento desigual, também tem espaço na cena acadêmica e intelectual nacional, com as participações, por exemplo, de Scholler, Pires e Silva.

De resto, observamos que **A produção gaúcha** parece ter alcançado algum sucesso naquilo que se propôs, pois o comentário afirma que é “neste vaivém entre o teórico e o empírico, que se prova a correção do teórico. Os jogos são ganhos neste, campo”.



Feitas essas réplicas, cabe aos menos envolvidos na refrega avaliar se **A produção gaúcha** representa um “avanço” ou um “recuo”. Uma vez esgrimidas as nossas diferenças, resta agora exercitar as nossas semelhanças, que não apareceram e que certamente não são poucas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – BRUNHOFF, S. **A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 2 – CASTAN, Nelson. A questão regional. **Informativo do Economista**, Porto Alegre, Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, 21 (70): 10-1, maio 1982.
- 3 – _____. Notas sobre concorrência capitalista e subdesenvolvimento. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, FEE, 2 (1): 142-63, 1981.
- 4 – CASTRO, Antonio Barros de. A controvérsia da demanda efetiva. **Cadernos de Opinião**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, n. 15, dez. 1979/ago. 1980.

- 5 – CLIFTON, J. Competition and evolution of the capitalist mode of production. **Cambridge journal of economics**, London, Academic Press, 1(1):137, [s.d.]
- 6 – EINLOFT, Cláudio. A crise gaúcha. **Zero Hora**, Porto Alegre, 29 jul. 1979.
- 7 – ———. Ainda a questão regional. **Informativo do Economista**, Porto Alegre, Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, 21 (72): 12-3, nov. 1982.
- 8 – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1976. 152p. (25 Anos de Economia Gaúcha, 4).
- 9 – ———. **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre, 1983. t. 1.
- 10 – MANDEL, E. **Late capitalism**. New Left Books, London, Verso Edition, 1975.
- 11 – PIRES, Eginardo. Deterioração dos termos de troca e intercâmbio desigual. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 1 (2): 85-109, mar./jun. 1981.
- 12 – POSSAS, Mario Luiz & BALTAR, Paulo E. Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, 11 (1): 107-60, abr. 1981.
- 13 – ROSDOLSKY, Roman. Comments on the method of Marx's capital and its importance for contemporary marxist scholarship. **New German Critique**, Frankfurt, EVA, :9-21, 1968.
- 14 – ———. **The making of Marx's capital**. London, Pluto Press, 1977.
- 15 – RUBIN, Isaak Illich. **Essays on Marx's theory of value**. Detroit, Black & Red, 1972.
- 16 – SCHOELLER, Wolfgang. Subdesenvolvimento e troca desigual no mercado mundial. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Vozes, (22): 5-39, out./dez. 1977.
- 17 – SEMMLER, W. **Competition, monopoly, and differentials of profit rates: theoretical considerations and empirical evidence**. New York, New School for Social Research, 1979. (mimeo).
- 18 – SHAIKH, A. Foreign trade and the law of value: parts I and II. **Science and Society**, v. 43, n. 3, 1979 e v. 44, n. 1, 1980.
- 19 – SILVA, Sérgio S. **Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo**. São Paulo, Polis, 1981. 159p.
- 20 – STEINDL, J. **Maturity and stagnation in american capitalism**. New York, Monthly Review, 1976. 248p.
- 21 – TOLIPAN, Ricardo. Capital, concorrência e emprego da técnica. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, 11 (1): 183-202, abr. 1981.